

1. Escopo ou finalidade da iniciativa

Por meio do Programa Rede Judicial de Proteção objetiva-se reduzir a reprodução de infrações penais semelhantes às cometidas, a partir de intervenções orientadas para os infratores/autores do fato, encaminhados ao Juizado Especial Criminal. Busca-se alcançar o objetivo mediante ações integradas de equipe multidisciplinar (juízes, psicólogos, assistentes sociais) aliada a órgãos e instituições voltados para a pacificação de conflitos sócio-penais.

O trabalho desenvolve-se a partir da inserção do infrator em grupos de reflexão que permitem: troca de experiência; reconhecimento de suas vulnerabilidades; avaliação das conseqüências de conduta junto à vítima, à sociedade e ao meio ambiente, e identificação, por ele próprio, das formas de repará-las.

A metodologia utilizada é a da abordagem por temas, de modo a favorecer uma atitude reflexiva do grupo sobre as questões analisadas.

A Rede Judicial de Proteção é atualmente composta pelos projetos: Provida, Despertar, Via Legal, Envelhe-SER Melhor e Pássaros, resultantes das abordagens temáticas no Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, de cunho psicossocial.

“Provida” é um projeto de atenção à violência intrafamiliar e interpessoal, desenvolvido por equipe multidisciplinar do Juizado Especial Criminal (psicólogos, assistentes sociais judiciais e operadores do direito) em parceria com o Ministério Público (Promotoria de Justiça do Juizado Especial Criminal e Universidade Federal de Minas Gerais/Departamento de Psicologia). Sua finalidade é oferecer uma resposta estatal aos delitos de violência intrafamiliar e interpessoal através da conjugação de medidas coercitivas com intervenções psicossociais.

“Despertar” é um projeto de atenção aos usuários e dependentes de drogas, por meio de uma abordagem responsabilizante, e tem por finalidade oferecer ao infrator oportunidade de sensibilização e conscientização para as conseqüências biopsicossociais e jurídicas relativas ao porte, uso e abuso de drogas.

“Via Legal” é um projeto de atenção aos infratores de trânsito, desenvolvido por equipe multidisciplinar do Juizado Especial Criminal, da Secretaria de Defesa Social e do Centro Integrado de Ensino Técnico Bom Jesus - Centec. Objetiva conscientizar os infratores do trânsito por meio de reflexão sobre os efeitos danosos de sua conduta como motoristas, bem como sensibilizá-los para a oportunidade de participação no processo de humanização do trânsito.

“Envelher-Ser Melhor” é um projeto de proteção ao idoso, por meio do qual são propostas ações que inibem a violência intrafamiliar e de gênero, praticada contra a pessoa idosa. Objetiva proteger o idoso de forma preventiva e coercitiva. Ao conjugar a aplicação de medidas coercitivas com intervenções terapêuticas e sócio-educativas, busca-se a obtenção de maior eficácia da resposta judicial. O trabalho em rede pauta suas ações na redução da violência no contexto familiar da pessoa

idosa, tendo por base o Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003), sobretudo quanto ao que preconiza o Título I, art. 4º, que tem como foco defender os idosos de maus tratos. A implementação das ações multidisciplinares se dá pelo Poder Judiciário, como agente articulador e parte integrante da Rede de Atenção à Saúde e Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa. Em razão de grande número das ações judiciais, no JESPCRIM, envolverem pessoas portadoras de sofrimento mental (o cuidador ou o próprio idoso), é necessário que a equipe seja composta por membros da Promotoria de Justiça de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e idosos, e pela Promotoria de Justiça de defesa dos direitos de pessoas portadoras de transtorno mental.

“Pássaros” é um projeto de defesa da fauna silvestre, por meio do qual busca-se oferecer uma resposta estatal à manutenção de animais silvestres em cativeiro, sem autorização. As ações desenvolvidas no Juizado Especial Criminal, na Promotoria de Justiça e demais órgãos ambientais, relativamente ao Projeto, visam privilegiar a indenização/reparação de danos à fauna silvestre. Favorecem, ainda, a resolução das pendências cíveis, penais e administrativas, de forma célere, quando presente um perfil específico de cativeiro irregular doméstico, decorrente, em muitos dos casos, de ausência de informações ecológicas, aliadas a questões histórico-culturais.

Nos projetos “Provida”, “Despertar”, “Via Legal” e “Pássaros” a prática é não itinerante, e se desenvolve no próprio âmbito do Juizado Especial Criminal e nos espaços disponibilizados pelas entidades parceiras para a realização dos grupos de reflexão. A infra-estrutura física necessária à implementação das práticas, em Belo Horizonte, é, exclusivamente, a existente no Juizado Especial Criminal, onde são utilizadas sala multimídia (TV e DVD) e salas de conciliação. A infra-estrutura funcional é composta por juízes e pela equipe multidisciplinar (psicólogos e assistentes sociais judiciais), também do Juizado Especial Criminal. É feita, ainda, a eleição de um facilitador, efetuada conforme sua área de atuação, e de acordo com os temas escolhidos.

2. Alinhamento estratégico

Responsabilidade Socioambiental: objetivos 5 e 6

Atuação Institucional: objetivos 9 e 10

3. Áreas e instituições envolvidas na iniciativa

- Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais
- Diretoria Executiva de Suporte aos Juizados Especiais
- Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte
- 3ª Vice Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- Assessoria de Gestão da Inovação
- Rede de saúde e paz – Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais
- Hospital André Luiz
- Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Uso Abusivo de Drogas – ABRAÇO
- Núcleo de Reabilitação de Dependentes Químicos – COMUNIDADE REVIVER
- Centro de Tratamento para Dependentes de Álcool e Drogas – CREDEQ
- Núcleo Cultural de Vivência e Convivência Humana – EKÇÁ
- Prevenção e pesquisa em Toxicomania – TERCEIRA MARGEM
- Central de Penas Alternativas do Núcleo de Prevenção à Criminalidade/ Secretaria Estadual de Defesa Social
- Centro de Ensino Técnico Integrado Bom Jesus - Centec
- Ministério Público do Meio Ambiente de Belo Horizonte
- Secretaria Estadual de Defesa Social - Central de Penas Alternativas do Núcleo de Prevenção à Criminalidade - CEAPA
- Fundação de Parques Municipais
- Promotoria de Justiça de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e idosos
- Promotoria de Justiça de defesa dos direitos de pessoas portadoras de transtorno mental
- Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais
- Equipsis: Equipe Sistêmica
- Promotoria da Infância e Juventude
- ASCOM/TJMG

4. Justificativa

A atuação sistematizada e planejada do Juizado Especial Criminal, como catalisador de medidas que possibilitem a interação entre as entidades que compõem o sistema

de justiça criminal (Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de defesa social, organizações da sociedade civil), pode otimizar recursos humanos e materiais necessários à implantação das práticas, e potencializar ações que viabilizem uma resposta estatal mais célere, eficaz e efetiva aos crimes de menor potencial ofensivo.

Com isso, espera-se contribuir para a ampliação do número de ações que não estejam restritas às políticas convencionais de segurança pública, favorecendo a implementação de iniciativas de prevenção, a redução de fatores desencadeadores da criminalidade e do cometimento de ilícitos da mesma natureza. Proporciona-se ao infrator, por outro lado, a percepção dos efeitos danosos de sua conduta, medida sócio-educativa de grande importância.

A prática pode ser considerada como pacificadora para a sociedade, pois, além dos benefícios antes referidos, favorece a reinserção social do infrator, por permitir o conhecimento de suas demais necessidades, interesses e temores, tornando possível proporcionar-lhe acesso a uma rede de atendimento composta por serviços na área de saúde, assistência social e jurídica.

5. Indicadores e metas da iniciativa

INDICADOR DE RESULTADO	Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais
LINHA DE BASE	Projeto Provida - 134 pessoas Projeto Despertar - 1385 pessoas Projeto Via Legal - 352 pessoas Projeto Pássaros - 149 pessoas Total de pessoas beneficiadas no ano de 2009: 2020 Total de pessoas encaminhadas no ano de 2009: 2349 Índice de pessoas beneficiadas pelos projetos: 86%
FÓRMULA	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de pessoas beneficiadas pelos projetos}}{\text{n}^\circ \text{ de pessoas encaminhadas}}$
META	Aumentar para 100% o n° de pessoas beneficiadas pelos projetos da Rede Judicial de Proteção, até 2015

INDICADOR DE RESULTADO	Índice de promoção de valores éticos e morais
LINHA DE BASE	Projetos já desenvolvidos: Provida; Despertar; Via Legal; Pássaros; Projeto em desenvolvimento: Envelhe-Ser Melhor
FÓRMULA	$\frac{\text{Total de ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais já realizadas}}{\text{total de ações necessárias à disseminação de valores}}$
META	Implementar pelo menos 03 ações por ano, até 2015

INDICADOR DE CONTROLE	Índice de cumprimento do cronograma
LINHA DE BASE	Linha de base de tempo dos projetos
META	Concluir os projetos no prazo previsto

INDICADOR DE CONTROLE	Índice de cumprimento do orçamento dos projetos
LINHA DE BASE	Linha de base de custos dos projetos
META	Concluir os projetos com os recursos previstos

6. Marcos e entregas da iniciativa

Estrutura de Detalhamento de Trabalho (EDT)	Cronograma		Área interveniente
	Início	Término	
1. Ações para sustentabilidade dos projetos Provida, Despertar, Via Legal, Envelhe-Ser Melhor, Pássaros.			
1.1 Levantamento, análise e detalhamento do escopo da solução informatizada	A definir, após formalização junto à DIRFOR	A definir, após formalização junto à DIRFOR	DIRFOR/SEPAC
1.2 Criação de uma janela no SISCOM que possibilite extrair informações sobre reincidências nos delitos.	A definir, após formalização junto à DIRFOR	A definir, após formalização junto à DIRFOR	DIRFOR
1.3 Criação de banco de dados que possibilite extrair informações sobre a natureza do delito, o perfil do transator, avaliação dos resultados e outros	A definir, após formalização junto à DIRFOR	A definir, após formalização junto à DIRFOR	DIRFOR
1.4 Estabelecimento de parcerias para garantir sustentabilidade ao Programa Rede Judicial de Proteção	Fevereiro 2011	Dezembro 2015	AGIN
1.5 Produção de material de divulgação (vídeo, folders, cadernos boas práticas do Juizado Especial Criminal)	Março 2011	Julho 2015	ASCOM/EJEF
1.6 Realização de seminários anuais para capacitação sistemática de todos os envolvidos no Programa Rede Judicial de Proteção (magistrados, promotores, psicólogos, assistentes sociais, servidores, etc).	Março 2011	Dezembro 2015	EJEF
1.7 Elaboração de relatório anual sobre os resultados obtidos com os projetos	Dezembro 2011	Dezembro 2015	-
1.8 Divulgação de resultados	Dezembro 2011	Dezembro 2015	ASCOM
1.9 Capacitação de alguns dos envolvidos nos programas em cursos de capacitação em projetos	Fevereiro 2011	Dezembro 2015	EJEF

7. Custos da iniciativa

A iniciativa prevê, como ações que poderão gerar custos, a criação de um Banco de Dados, a divulgação dos projetos e a realização de cursos e seminários.

O levantamento dos custos e da execução dos projetos será feito com as áreas de Informática, Comunicação, Desenvolvimento de Pessoas e outras afins ao Programa, neste Tribunal.

8. Riscos da iniciativa

Probabilidade: (1) Baixa; (2) Média; (3) Alta; (4) Muito Alta
Impacto: (1) Baixo; (2) Médio; (3) Alto; (4) Muito Alto
Severidade: Impacto x Probabilidade, de 1 a 3 – baixo risco
 de 4 a 5 – médio risco
 de 6 a 9 – alto risco
 de 10 a 16 – altíssimo risco

IDENTIFICAÇÃO					
Se (Causa)	Então (consequência)	Probabilidade	Impacto	Severidade	Resposta
Não houver apoio das instituições parceiras	Não será possível realizar as ações integradas de orientação e sensibilização para não repetição do ilícito penal	1	3	3	Buscar apoio de outras instituições por meio da negociação e sensibilização sobre os benefícios dos projetos
Não for criado o Banco de Dados	Não será possível dimensionar o fato social em torno do qual se estrutura cada projeto nem obter o controle sobre os resultados dos projetos	2	4	8	Buscar apoio da Informática
Não for criada uma janela no Siscom que possibilite extrair informações sobre reincidências	Não será possível obter o controle sobre os resultados das ações empreendidas	1	4	4	Buscar apoio da Informática
Não houver produção de material de divulgação	Não será possível informar ao público externo e interno as ações empreendidas pelo Poder Judiciário para promoção de valores éticos e morais	1	4	4	Buscar apoio da ASCOM
Não forem realizados seminários anuais	Não será possível capacitar todos os envolvidos na Rede Judicial de Proteção (magistrados, promotores, psicólogos, assistentes sociais, servidores, etc)	1	3	3	Buscar apoio da EJEJ

9. Área gestora da iniciativa

Área	
Diretoria Executiva de Suporte aos Juizados Especiais	
Telefone	Endereço Eletrônico
3237-6987 / 3237-6229	dijesp04@tjmg.jus.br / dirce.bahiense@tjmg.jus.br / beth.damiao@tjmg.jus.br